

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH **UNACON DO HOSPITAL REGIONAL DE TUCURUI**

CNPJ nº 23.453.830/0013-03

Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial dos Exercícios				Demonstração dos Resultados dos Exercícios			
Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em (R\$)				Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em (R\$)			
Ativo	Nota	2018	2017	Receitas Operacionais	Nota	2018	2017
			(Reapresentado)				(Reapresentado)
Circulante		4.727.999	3.572.140	14 6.669.875		7.207.571	
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.723.478	2.981.145	Serviços prestados pacientes SUS		11.059.128	7.207.571
Contas a receber	5	939.800	501.261	(-) Glosa por implantação		(4.389.253)	-
Estoques		53.172	54.886	Custos		(4.939.384)	(4.802.386)
Adiantamento a funcionário		1.100	28.265	Serviços de terceiros		(2.596.378)	(2.996.643)
Outros Créditos		6.319	6.583	Pessoal e encargos		(1.915.912)	(1.461.319)
Despesas Antecipada		4.130	-	Materiais e medicamentos		(427.094)	(344.424)
Não Circulante		2.052.411	1.914.033	Despesas		(1.240.864)	(1.090.610)
Partes relacionadas	8	1.366.352	1.366.352	Pessoal e encargos		(478.978)	(365.330)
Imobilizado líquido	6	15.033	16.481	Despesas gerais e administrativas	15	(703.308)	(670.910)
Intangível líquido	7	110.090	154.434	Depreciação/amortização		(106.375)	(103.526)
Imobilizado - contrato de gestão líquido	6	554.976	368.039	Impostos, taxas e contribuições		(6.144)	(9.175)
Intangível - contrato de gestão líquido	7	5.960	8.727	Outras receitas e despesas operacionais		53.941	58.331
Total do Ativo		6.780.410	5.486.173	Financeiras, Líquidas		166.983	226.629
Passivo				Despesas financeiras		(9.984)	(10.651)
			(Reapresentado)	Receitas financeiras		176.967	237.280
Circulante		825.257	536.209	Superávit do Exercício		656.610	1.541.204
Fornecedores	9	367.147	199.785				
Obrigações trabalhistas	10	310.722	239.126	Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios			
Obrigações sociais	11	76.349	53.501	Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em (R\$)			
Obrigações fiscais		9.363	11.386				
Partes relacionadas	8	61.676	32.411	Fluxos de caixa de atividades operacionais		2018	2017
Não Circulante		3.452.198	376.766	Superávit do exercício		656.610	1.541.204
Receitas diferidas	12	3.452.198	376.766	Ajustes para reconciliar o resultado			
Patrimônio Líquido		2.502.955	4.573.198	Depreciação/amortizações		106.375	103.526
Patrimônio Social	13	1.846.345	3.031.994	Superávit ajustado		762.985	1.644.730
Superávit acumulado		656.610	1.541.204	Variações no circulante das contas de ativo e passivo		194.836	176.346
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		6.780.410	5.486.173	(Aumento) / redução de outros créditos		(411.110)	62.778
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios				Redução de estoques		1.714	63.471
Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em (R\$)				Aumento despesas antecipadas		(4.130)	-
Descrição	Patrimônio Social	Transfe- rências	Superávit acumulado	redução de fornecedores		167.362	88.398
Em 31 de dezem- bro de 2016	-	(262.905)	3.294.465	Aumento de obrigações trabalhistas		71.596	18.108
Incorporação ao Patrimônio Social	3.031.560	262.905	(3.294.465)	Aumento de obrigações sociais		22.848	5.505
Ajustes patrimoniais (Nota 13)	434	-	-	redução de obrigações tributárias		(2.023)	(4.017)
Superávit do exercício	-	-	1.541.204	Aumento/(redução) das obrigações - não circulante		3.075.432	(58.331)
Em 31 de dezem- bro de 2017	3.031.994	-	1.541.204	Ajustes patrimoniais		(2.726.853)	434
Incorporação ao Patrimônio Social	1.541.204	-	(1.541.204)	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		957.821	1.821.076
Ajustes patrimoniais (Nota 13)	(2.726.853)	-	-	Atividades de investimentos		(244.753)	(22.268)
Superávit do exercício	-	-	656.610	Aquisição de imobilizado		(244.753)	(15.388)
Em 31 de dezem- bro de 2018	1.846.345	-	656.610	Aquisição de bens do intangível		-	(6.880)
				Atividades de financiamentos		29.265	(65.490)
				Transações com partes relacionadas		29.265	(65.490)
				Aumento no caixa e equivalentes de caixa		742.333	1.733.318
				Variação em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)			
				Saldo existente no início do exercício		2.981.145	1.247.827
				Saldo existente no final do exercício		3.723.478	2.981.145
				Aumento no caixa e equivalentes de caixa		742.333	1.733.318

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em (R\$)

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Unidade de Assistência de Alta Oncologia (UNACON) do Hospital Regional do Tucuruí foi inaugurada oficialmente pelo Governo do Estado do Pará em 29 de julho de 2016, com o objetivo de disponibilizar exames e ações de apoio diagnóstico e terapêutico aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) para o tratamento de pacientes portadores de câncer. O serviço de Quimioterapia possui 13 (treze) poltronas e 2 (dois) leitos de retaguarda, além de oferecer serviços ambulatoriais especializados em oncologia: consultas oncológicas, radioterapia, baquiterapia, análises clínicas, ultrassonografia, endoscopia e colonoscopia. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. A UNACON está situada à Avenida Amazonidas, S/N - Vila Permanente, na cidade de Tucuruí, Estado do Pará - PA. **b) Contrato de Gestão:** A UNACON do Hospital Regional do Tucuruí é administrada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 10 de março de 2016, por meio de contrato de gestão nº 003/SESPA/2016, vigente até 09 de março de 2020. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 18 de março de 2019. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão

pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou

continua